

## **GLOBALIZAÇÃO COMO NOVO SISTEMA INTERNACIONAL? AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO LIVRE COMÉRCIO NA POLÍTICA INTERNACIONAL**

José Alexandre Altahyde Hage<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho tenciona analisar algumas questões de relações internacionais<sup>2</sup> que persistem desde o final da década de 1980, quando se confirma o malogro da Guerra Fria e do sistema internacional bipolar. Uma destas questões é saber se os esforços, sobretudo das grandes potências, em aumentar o grau de livre comércio internacional e, por sua vez, a resignação ensaiada aos princípios da globalização, como a abertura de mercados, reforma das políticas de governo, admissão da nova agenda global, não seriam uma tentativa de se construir novo sistema internacional, cuja configuração não seria mais pela política e pela diplomacia tradicional, em primeiro plano, mas sim pela forma com a qual os Estados aceitam o mercado internacional.

**Palavras-chave:** Sistema internacional. Globalização, Livre mercado. Política internacional.

## **GLOBALIZATION AS A NEW INTERNATIONAL SYSTEM? THE POLITICAL IMPLICATIONS OF THE FREE COMMERCE IN THE INTERNATIONAL POLITICS**

### **Abstract**

This work aims to examine some issues in international relations that emerged in the late eighties, when the failures of the Cold War and the Bipolar International System were confirmed. One of the issues is to find out if the efforts in increasing the international free commerce, especially the efforts of the most powerful countries, as well as the resignation rehearsed

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais pela Unicamp. Professor do curso de Relações Internacionais da Trevisan e Unibero - SP. E-mail: alexandrehage@hotmail.com.

<sup>2</sup> Neste trabalho se utiliza o termo relações internacionais como substantivo a relações interestatais, levando-se em consideração apenas as interconexões entre Estados nacionais e organismos multilaterais reconhecidos como atores principais do direito internacional público.

according to the principles of globalization – openness of markets, reforms in the governmental policies, adoption of the new global agenda – could be an attempt of building a new international system whose configuration would be based on the way the States accept the international market instead of being based on the traditional politics and diplomacy.

**Keywords:** International system. Globalization. Free market. International politics.

### **Introdução**

Este trabalho tem o propósito de averiguar problemas relacionados à evolução do sistema internacional no que tange ao livre comércio, bem como a maneira pela qual este último se comporta em face à política exercida pelos Estados nacionais, sobretudo as grandes potências do hemisfério norte. Sendo que um dos pontos de averiguação presente neste problema é a emergência da globalização<sup>3</sup> na qualidade de fenômeno, cujo poder de transformação da vida nacional dos países, ao menos no aspecto da ideologia formulada pelos grandes centros educacionais, está acima das políticas de poder e das vontades inerentes aos Estados.

Em outras palavras haveria, em suposição, uma mensagem com o propósito de demonstrar a existência de forças internacionais irrefreáveis, cujo poder abarcaria, igualmente todos os Estados nacionais. Independente de esforços domésticos para neutralizar tal poder de transformação política provocada pela globalização, os países teriam apenas de se conformar com esses fenômenos, sem controle e desconhecedores de qualquer poder político e de aptidões democráticas.

Por conseguinte, a idéia central deste texto é analisar até que ponto a ascensão, em alto grau, da globalização, contando com sua “praticabilidade” e teoria, não faz parte de esforços políticos e ideológicos, sobretudo das grandes potências industrializadas para se tentar constituir novo sistema internacional, desejando-se que este seja mais palatável com a abertura do comércio internacional. Razão de ser, inclusive, na esfera dos planos de integração regional que passam a existir desde a década de 1950, como se pode averiguar no surgimento do mercado comum (o Tratado de Roma) até a União Européia, pelo Tratado de Maastricht, de 1993.

---

<sup>3</sup> Tendo em vista o amplo campo em que se encontra a globalização, este trabalho se refere somente ao aspecto econômico e comercial do termo, ainda que ela seja parte para a configuração de novo sistema internacional, conforme se procura advogar neste texto.

Contudo, é mister frisar que a configuração de novo sistema pelas grandes potências mundiais, como bem observava o sociólogo alemão Max Weber, não faz parte de “planos” premeditados para conservar o *status quo ante*, favorável aos grandes Estados industrializados, mas é resultado da própria dinâmica de poder imprimida na ordem que impele as potências a novos arranjos e posições no tabuleiro internacional, posto sempre em conflito.<sup>4</sup>

Por conseguinte, a busca de iniciativas para se instituir novo sistema interestatal não é sem razão, trata-se de tentar montar nova estrutura político-econômica que tenha capacidade de dar cabo de problemas que perduram desde o começo da década de 1990, por exemplo, a paralisia que paira sobre o comércio latino-americano. Efetivamente, ainda que esta região tenha seguido sugestões tidas como essenciais para melhor aproveitamento das trocas econômicas internacionais que passariam, inclusive, para melhor aquisição de ganhos e pela reforma de instituições governamentais, os resultados obtidos não são considerados amplamente positivos.

Quando se analisa a emergência da globalização, bem como os derivados ideológicos que a acompanham,<sup>5</sup> tem-se a impressão de que há mesmo compromissos em se construir nova fórmula que aumente substancialmente o nível de comércio entre os Estados. E, por sua vez, que esse comércio tenha capacidade de anular o alto grau de conflito residente neste quesito, como se pode averiguar no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC, cuja criação era tida na qualidade de instituição reformadora, com grandes passos em direção à democratização das relações internacionais, sobretudo para os países pobres do hemisfério sul.

No entanto, a militância para se criar novo sistema internacional, pelos esforços do livre comércio e pelas reformas políticas, guarda semelhança a um círculo que não se fecha, quer dizer, *incompleto* em si mesmo. Este fato pode ser constatado justamente no comportamento que as grandes potências industrializadas exercem na área do comércio internacional, mormente Estados Unidos com suas políticas públicas de subsídios à agricultura e a setores tidos na qualidade de pouco eficientes que passam a opinião de ser encarados como “razão de Estado”.

Esse modo de representação política, representada por aquelas chancelarias, imprime crises e dificuldades nos esforços de se atribuir conceito de *virtude* ao livre mercado internacional em via de protecionismo. Vale dizer, virtude na forma de algo que impulsiona ao “bem comum”, àquilo que é de interesse universal e não provinciano, conforme houve princípio liberal no

---

<sup>4</sup> Cf. WEBER, 1982, p. 189.

<sup>5</sup> Aqui é utilizado o conceito de ideologia partindo da idéia, semelhante à encontrada em Karl Mannheim, que existe uma rede de crenças e valores, aparentemente científicos, que mascara ou camufla a realidade em prol de Estados mais bem situados política e economicamente.

pensamento na década de 1910, com o incremento intelectual do presidente norte-americano Woodrow Wilson quando da criação da Sociedade das Nações – SDN.

Com efeito, aquele fora uma experiência inédita para dar destaque à razão do livre comércio mundial, que ora se defende em vários fóruns internacionais promovidos por alguns organismos interestatais e pelas sete grandes potências industriais: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá – os G7. Sobre este parecer, ainda bastante atual, é interessante a reprodução da opinião do antigo embaixador britânico na SDN, Edward Carr:

O comércio universal livre justificava-se em termos de que o interesse econômico máximo de cada nação identificava-se com o interesse econômico máximo do mundo inteiro. Adam Smith, que era mais um reformador prático do que um teórico puro, realmente admitiu que os governos pudessem ter de proteger certas indústrias, no interesse da defesa nacional. (CARR, 1981, p. 54).

De fato, a política mundial neste novo século ainda não conseguiu se libertar dos artifícios de poder que compõem as relações internacionais no que tange à economia mundial. As energias direcionadas por alguns Estados recém industrializados, como o Brasil, para se aumentar o grau de respeitabilidade dos organismos internacionais, ao menos, os de maior referência na vida das unidades políticas têm sido comprometidas. Os projetos de se angariar prestígio e “operacionalidade” a entidades reguladoras de atividades tidas como complexas não são concluídos a contento. Portanto, não se releva a bom termo, o acatamento aos regimes internacionais, mormente pelos Estados mais fortes politicamente (OESP, 02.12.2001, A3).

Como se fosse uma analogia da situação internacional deste momento com a do início do século XX, pode-se observar que o livre comércio mundial, por mais virtuoso que seja, não consegue anular princípios concernentes à política do poder – esta como chave para manter o prestígio do Estado na arena externa. Em outro aspecto, é possível reparar que parte substancial do esforço de se conservar a reputação internacional pela política do poder é atribuído à burocracia estatal que guarda, nesta área, interesse de aumentar também seu próprio prestígio.<sup>6</sup> É para este fim que tem de se saber o papel a ser representado pelos Estados que procuram guardar compromissos nos organismos internacionais, este é o caso do Brasil. A idéia é considerar a posição que o País ocupa no cenário global, e até que ponto o Estado brasileiro não necessita conceber novo projeto nacional que venha a levar em conta a dificuldade no que tange o comércio internacional, bem como sua visão *cosmopolita* que fora imprimida na década de 1990.

---

<sup>6</sup> Cf. WEBER, 1982, p. 198.

Com efeito, o sentido de *poliarquia* adotado por H. J. Holsti não pode ser impresso sem grandes dissabores; a saber, poliarquia na qualidade de iniciativas dos Estados nacionais para instaurar certa governança com o propósito de, justamente, aumentar o número de membros participantes, ação para se anular comportamentos políticos que conduzem à hegemonia por parte dos Estados mais bem preparados do ponto-de-vista político e econômico.<sup>7</sup>

É a partir deste pressuposto apresentado que segue o presente artigo, procurando versar as dificuldades que existem no âmbito do comércio internacional, bem como na área em que os relacionamentos desse campo são feitos: os organismos internacionais, principalmente a OMC. Além deste ponto, o artigo tenciona compreender igualmente o teor de conflito que reside na tentativa de concluir em grande estilo um novo sistema internacional, mais palatável às grandes potências.

### **O Conceito de Sistema Internacional**

Não há uniformidade no debate sobre teoria das relações internacionais, de forma mais ampla, sobre a compreensão do conceito de sistema internacional. No entendimento de Kenneth Waltz, o termo utilizado, ao invés de sistema, é *estrutura* das relações internacionais, em que se procura revelar a maneira de como os Estados nacionais interagem, ou melhor, se organizam, por intermédio de suas capacidades econômicas, militares, políticas, bem como pelo processo de suas políticas domésticas, que aceitam ou repudiam tal estrutura.<sup>8</sup>

Em todo caso, no propósito deste trabalho, é pertinente averiguar que não há grande distância interpretativa entre a noção de Waltz, por exemplo, com o neo-Realismo, e os autores aqui tratados, como Raymond Aron – considerado teórico de versão mais clássica politicamente. Isto porque o significado geral torna-se semelhante para estes autores, a saber, a hierarquização das relações internacionais e a organização da estrutura ou do sistema pelas grandes potências, ainda mais em assuntos em que tange a pouca existência de um regime.

Isto posto, entende-se o conceito de sistema internacional como a forma pela qual se configura, sob o prisma político, a ordem dos Estados nacionais. Do ponto de vista histórico, até para fins pedagógicos, como prefere Marcel Merle, o sistema internacional começa justamente no momento em que a própria Europa, arena dos inúmeros conflitos religiosos entre católicos e protestantes e estes contra judeus e islâmicos, começa a ser ordenada por Estados soberanos com

---

<sup>7</sup> Cf. HOLSTI, 2000, p. 48.

<sup>8</sup> Cf. WALTZ, 2002, p. 125.

projetos autônomos no que tange ao reconhecimento do direito internacional e de práticas diplomáticas. Isto se inicia, efetivamente, a partir do Tratado de Westfália, de 1648, em que se legitima a criação do poder estatal.<sup>9</sup>

Ou seja, o Estado nacional passa a ser reconhecido como território independente, que utiliza a guerra e a arte militar como elemento primordial de política internacional, sendo esta última uma das maneiras utilizadas pela unidade política para se relacionar com seus homônimos, bem como na conservação de sua cultura nacional e de seu modo de vida peculiar. Esse fato ocorreria, justamente, para que a unidade política pudesse se apresentar como entidade viável no ordenamento dos Estados nacionais; sendo este ordenamento considerado desigual em poder político, riqueza material e dimensão territorial, o que legitima a existência da guerra.

Deste modo, não há mudança na ordem internacional a ponto de desfigurá-la, se se levar em conta que a ordem existe porque existem, justamente, Estados nacionais soberanos, que são os atores centrais tanto da própria ordem quanto do sistema internacional<sup>10</sup>. Efetivamente, se houver mudanças estas ocorrerão no modo pelo qual se apresenta, em primeiro plano, o sistema internacional, como aconteceu com a Revolução Francesa, de 1789 ou com os regimes contestadores fascistas e comunistas nas décadas de 1920 e 1930 – mas sem comprometer o ordenamento de Estados, separados pela capacidade do poder político.<sup>11</sup> Na ótica do autor de *Paz e Guerra Entre as Nações*, o principal meio pelo qual se relacionam as unidades políticas (para Aron o conceito de unidade política é sinônimo de Estado nacional) é por intermédio da política e da diplomacia, elementares para a conservação do sistema interestatal que, no final das contas, aceita a guerra na qualidade de instrumento de resolução de conflitos, pois as relações internacionais são feitas à sombra desta manifestação que também é política.

A admissão desta perspectiva, natural do realismo político, vem em primeiro plano. Já os argumentos para se pensar num sistema internacional baseado no intercâmbio comercial que venha a promover a cooperação entre os Estados nacionais, como alternativa ao cinismo logrado pela diplomacia tradicional e pelo poder político é, para o mencionado autor, pressuposto

---

<sup>9</sup> Cf. MERLE, 1981, p. 8.

<sup>10</sup> A assertiva de que há nova ordem mundial foi amplamente difundida com o fim da Guerra do Golfo Pérsico, de 1991. Neste artigo procura-se defender a opinião de que não houve substancial mudança na ordem, mas sim no sistema que a configurava - a bipolaridade. Porventura as tentativas de modificar a ordem internacional teriam de resultar, a contento, do malogro dos Estados nacionais como principais fontes da política internacional. De certa forma, foi o que tentou fazer o movimento comunista internacional até a Revolução Russa (1917): unificar os trabalhadores de todo o mundo por intermédio da vinculação da classe social, acima das diferenças nacionais e dos Estados. Portanto uma nova ordem, conforme sublinha Wallerstein. (Cf. Wallerstein, 2001: 94).

<sup>11</sup> Cf. ARON, 1986, p. 153.

secundário pelo fato de que tal intercâmbio não altera o sentido de conservação de *amor próprio* desejado pelas unidades políticas, sempre em via de impor sua vontade sobre as mais fracas.<sup>12</sup>

Este relacionamento ocorre, no prisma de Aron, pelos contatos diplomáticos entre as diversas chancelarias dos Estados que participam do sistema internacional, que neste momento, procura ser regido pela Organização das Nações Unidas – ONU e suas instituições multilaterais. Desta mesma forma, o sistema internacional inaugurado em 1815, pelos esforços da *pax britannica*, era organizado pelos propósitos conservadores do Congresso de Viena; e seu equivalente, a partir de 1919, tentou ser regulado pela malograda Liga das Nações, cujo fim deu-se com os conflitos europeus que acabaram resultando na Segunda Guerra Mundial.

Por conseguinte, com o advento dos organismos multilaterais construídos após o grande conflito, as organizações de Bretton Woods, dentre essas, Fundo Monetário Internacional e, em outro nível, do Plano Marshall, feito para a reconstrução econômica da Europa ocidental houve, no juízo de Eric Hobsbawn, nova expansão do sistema político-econômico de modo mais complexo sendo esse, desta vez, capitaneado pela República norte-americana.

A saber, nova expansão do sistema considerando que o mundo, naquele instante, estava entrando num estágio de maior envergadura do que o anterior, cuja coluna central, para Eric Hobsbawn, era constituída pelas antigas potências imperiais européias. Potências que tiveram de abrir espaço para a ascensão de Washington na qualidade de gestor de projetos de expansão não somente na economia, mas igualmente no campo da segurança regional, com a criação da Organização do Atlântico Norte – OTAN.<sup>13</sup> Em outras palavras, o sistema interestatal se tornara mais complexo pelo motivo de ter sido formado por número muito maior de novos Estados nacionais do que o anterior à década de 1950, possibilitando não somente o aumento das relações diplomáticas, de modo mais efetivo, mas igualmente do próprio Capitalismo: a reconstrução material da Europa ocidental e a utilização dos empenhos econômicos norte-americanos para soldar a cooperação econômica com compromisso político anti-soviético. Como prefere Aron, este artifício provocou a unificação, em grande escala, da economia com a política após 1945.<sup>14</sup>

Por outro lado, este tipo de operação político-diplomática forjou a idéia de que o mundo seria mais bem organizado por intermédio de um “novo conceito” utilizado no estudo de relações internacionais; trata-se do arranjo de *sistema mundo* (de Immanuel Wallerstein)<sup>15</sup> ou economia-

---

<sup>12</sup> Cf. ARON, 1986, p. 133.

<sup>13</sup> Cf. HOBBSAWN, 1994, p. 238.

<sup>14</sup> Cf. ARON, 1986: 47.

<sup>15</sup> Aqui se utiliza o conceito de sistema-mundo, pensado por Wallerstein, como sendo adicional e não divergente ao de Raymond Aron. Mesmo que os autores estejam em fontes teóricas distintas, há pontos de convergência entre

mundo, como prefere o historiador Fernand Braudel, pois os dois termos não são excludentes; são bem semelhantes conforme declara este último.<sup>16</sup> Com este termo, de sistema-mundo, tem-se a percepção de que a sociedade de Estados nacionais passou a sofrer novo ajuste, tanto no sistema capitalista quanto no aspecto político propriamente dito, sobretudo após o concerto liderado pelos Estados Unidos após 1945, e sua tentativa de reformá-la sob o signo da globalização a começar em 1980. De acordo com a percepção de Immanuel Wallerstein:

Para qualquer Estado específico, o sistema interestatal representou restrições ao seu arbítrio. Essas restrições se manifestam nas práticas da diplomacia, nas regras formais que governam jurisdições e contratos (direito internacional) e nos limites que definem como e sob que circunstâncias as guerras podem ser conduzidas. (WALLERSTEIN, 2001, p. 50).

Assim se o mundo do século XIX havia sido regido pela potência britânica e seus valores, como Liberalismo político e Livre-cambismo, fazendo de Londres a matriz daquele sistema-mundo, o panorama atual é coordenado por uma nova sede, o centro do atual sistema-mundo, que é Nova Iorque, e seu teor de livre mercado, ocidentalização global e cosmopolitismo.

### **A Crise do Sistema Adotado Após 1945**

Com efeito, a idéia central deste artigo procura comprovar a hipótese de que, nos últimos quinze anos, houve várias iniciativas para se construir novo sistema interestatal, que fosse consoante com o mercado internacional, esperando que este último pudesse ser amplamente aberto, a começar pelo período em que a proposta de se firmar nova edição da liberdade comercial tem recebido substancial atenção na política internacional, ainda mais em fóruns que defendem esta posição como medida salutar de cooperação e de superação de conflitos globais.<sup>17</sup>

É isto o que desejam várias unidades políticas à procura de tirar, ao máximo, proveito deste mesmo ambiente de comércio exterior amplificado. Mas não são apenas as grandes potências militares e econômicas que apresentam tal desejo, embora elas estejam em primeiro plano. Os Estados recém industrializados, NICs, do sudeste asiático, por exemplo, Coreia do Sul

---

ambos, por exemplo, os dois pensadores são da opinião de que o sistema de Estados é desigual no poder e na aquisição da riqueza, portanto ele é dividido entre unidades fortes e fracas. (Cf. Aron, 1986: 153; Wallerstein, 2001: 93).

<sup>16</sup> Cf. BRAUDEL, 1985, p. 87.

<sup>17</sup> Entende-se a partir da Rodada Uruguia do GATT, em 1986, e ainda não teve êxito total em outros encontros promovidos pela Organização Mundial do Comércio.

e Taiwan, também não abrem mão de aproveitar os benefícios de tal comércio globalizado, mas com a diferença que, para Seul Taipei ou Pequim, assuntos desta área não podem estar ao gosto das circunstâncias internacionais ou programáticas.<sup>18</sup>

De outra maneira, trata-se de se pensar na conformação de um sistema internacional, para o século XXI, que apresente maior poder de regulação das trocas advindas do comércio exterior do que das relações diplomáticas do pós 1945. Vale dizer, das aferidas pela política clássica, que unificou em grande escala a economia internacional com o empenho político; mescla que fora um dos artifícios resultantes da Guerra Fria, que agora procura ser desarticulada pelas grandes potências, mas sem abrir mão da cadência que o novo sistema pede.

Pode-se dizer, com o pensamento de Hobsbawn, que há iniciativas para este citado fim por considerar, justamente, o esgotamento político por que passara a antiga configuração interestatal inaugurada no imediato pós Segunda Guerra Mundial pelos arranjos políticos e institucionais de Bretton Woods – a criação do Fundo Monetário Internacional-FMI, do Acordo Geral de Tarifas e Negócios-GATT e do Banco Mundial. Sistema que, em princípio, fora criado pela emergência político-militar dos Estados Unidos da América e redimensionado pelo papel que a grande potência norte-americana representou na reconstrução econômica da Europa ocidental pelo Plano Marshall.<sup>19</sup> Com efeito, a presença econômica, pela aplicação financeira, dos Estados Unidos em território europeu marcou não apenas a reorganização produtiva do Velho Continente com aquilo que fora esperado pelo Plano Marshall: a nova dinamização do parque industrial em moldes mais atualizados; ponto importante para a conjugação político-econômica de Washington com os governos reformistas da Europa ocidental, o que contribuiu para diminuir o poder de atração da contestação antiamericana.<sup>20</sup>

Além desta citada passagem a articulação econômica norte-americana foi primordial não apenas para a dinamização do Capitalismo europeu, mas também para a criação de um novo sistema econômico com presença mundial (um novo sistema-mundo) abarcando, desta vez, as ex-colônias européias que se libertavam politicamente, ano após ano, originando novo complexo internacional com jovens Estados nacionais na África e Ásia.<sup>21</sup> Esta expansão do sistema capitalista em escala global, a partir do processo de descolonização, bem como o fim dos antigos impérios europeus, teve peculiar característica: eram alimentados inicialmente pela interação ou

---

<sup>18</sup> Cf. OLIVEIRA, 1996, p. 11.

<sup>19</sup> Cf. HOBBSAWM, 1996, p. 251.

<sup>20</sup> Cf. ARON, 1986, p. 568.

<sup>21</sup> Cf. BRAUDEL, 1985, p. 21.

aproximação dos novos Estados nacionais ao círculo de influência do capitalismo estadunidense, que ganhara forte impulso no final do grande conflito mundial. Tal característica era a maneira de fazer com que não houvesse transferência de prestígio à União Soviética, mas sim ao denominado “bloco ocidental”.

Para isso, pode-se pensar na existência de políticas compensatórias, cujo papel era reproduzir o chamado bem-estar social, da política doméstica, para a escala internacional. A idéia era fazer com que houvesse maior vínculo entre os Estados periféricos do sistema internacional com as grandes potências ocidentais por intermédio de empréstimos, subsídios e acordos de cooperação de desenvolvimento econômico e educacional que pudessem cimentar aquele compromisso esperado pelas grandes potências.<sup>22</sup> E mais, para os países que não eram colônias, mas que apresentavam situação de Estados periféricos, caso da América Latina, o referido sistema permitia certa “adaptação” do Capitalismo nestes mesmos países latino-americanos, mormente Argentina, Brasil e México, os mais avançados industrialmente, cujo progresso nesta área se dera pelo incremento dos planejamentos econômicos formulados pelos técnicos da ONU e da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL. No fundo havia visão de que a emergência do Capitalismo de base nacional era importante também para a composição dos países no sistema internacional, já que essa fórmula poderia dinamizar as relações entre os países fornecedores de tecnologias de primeira linha e os receptores de tecnologia de segunda mão.

No entanto, ao menos no aspecto político, o estabelecimento do sistema internacional, após 1945, apresentava o critério de se procurar saber, antes de tudo, qual seria o tipo de política externa exercida, por determinados Estados, para poder considerar, posteriormente, se eles poderiam receber os benefícios desse Capitalismo em nível global e, em outro plano, do comércio internacional em via de se tornar plataforma de atuação norte-americana em relação a outros países. E foi sob este *prima* que se qualificava o pragmatismo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek: diplomacia equidistante, mas sem rompimento.<sup>23</sup>

Desta forma, tem-se em mente que o propósito do comércio internacional era pautado pelo próprio princípio da Guerra Fria entre as superpotências político-militares. Este fato permite se levar em consideração um tipo de comércio internacional, cuja tônica não era a qualidade dos negociadores e as boas características dos produtos negociáveis pelos Estados no Exterior, como chegou a pensar o Liberalismo clássico das vantagens comparativas, mas sim a filiação política dos países agregados na arena do conflito internacional.

---

<sup>22</sup> Cf. WALLERSTEIN, 2001, p. 130.

<sup>23</sup> Cf. FONSECA JÚNIOR, 1997, p. 297.

De fato, a credencial ideológica dos Estados, e suas manifestações com as superpotências, estava em primeira instância nos relacionamentos gerais no campo internacional. A posição representada pelo comércio e pelo desenvolvimento internacional era subordinada àquela credencial “pró-ocidental”. Vale dizer, era a partir das escolhas políticas que advinham os intercâmbios econômicos e comerciais de grande importância, pois desenvolvimento era questão de segurança:

[...] as duas únicas instituições internacionais de fato criadas sob o Acordo de Bretton Woods de 1944, o Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) e o FMI, ambos ainda existem, tornaram-se de fato subordinadas à política americana. (HOBSBAWN, 1994, p. 269).

É perceptível a imagem de que o sistema bipolar da Guerra Fria não era cadenciado pelo esforço de “dilatado” o mercado mundial na medida que se defende, neste instante, pelos militantes de algumas instituições e universidades sediadas no hemisfério norte, que desejam a volta do livre comércio internacional nos moldes que este já existiu no século XIX, época em que o mundo era organizado pela *pax britannica*. Em outras palavras, época em que imperava o livre-cambismo.<sup>24</sup>

Esta característica do sistema econômico internacional de há cinquenta anos que regulou, em grande parte, o comércio exterior em posições mais herméticas por causa das filiações políticas, a saber, países com planificações centralizadas, caso dos socialistas; projetos protecionistas, para o Terceiro Mundo e economias *keynesianas*, no caso da Europa social-democrata, acabaram minando a idéia regeneradora da liberdade econômica mundial, pois a qualidade do mercado internacional não era prioridade, mas a composição política e estratégica.<sup>25</sup> Tais posições, relacionadas acima, contribuiriam, na ótica de Paulo Nogueira Batista Júnior, para a concepção de que os esforços, em grande parte, para aumentar o grau do comércio internacional eram algo original das décadas de 1980 e 1990 – com o advento do chamado *neoliberalismo* iniciado no Reino Unido de Margareth Thatcher e nos Estados Unidos de Ronald Reagan;<sup>26</sup> e em

<sup>24</sup> Havia, de fato, o livre mercado internacional (auto-regulável) saído da anuência das grandes potências européias que concordavam com aquele princípio de concerto político-econômico, fruto do Congresso de Viena de 1815. (Cf. POLANYI, 1985, p. 32).

<sup>25</sup> Cf. CORSI, 1997, p. 106.

<sup>26</sup> Eis uma questão ideológica: a escalada do neoliberalismo de língua inglesa. No parecer de Rubens Ricupero não se pode dizer, sem risco de equívoco, que o cotidiano da economia norte-americana ficou ao gosto das forças do livre mercado. Ao contrário disso, houve sim o incremento da presença governamental na esfera econômica, contrariando a versão vinda à América Latina. Ricupero. *O Brasil e o Dilema da Globalização*. São Paulo, Ed. Senac, 2001. Pg. 87.

voga em boa parte da América Latina, que abandonou o antigo teor de conflito Norte-Sul em prol de posturas mais conciliatórias, como as do meio ambiente.

Assim, pode-se dizer que tanto o Liberalismo de feição antiestatal, quanto o esfriamento do conflito político entre os países ricos e pobres do continente americano contribuíram para o surgimento da globalização. Isto é, claro, se for levado em consideração que a globalização necessita, *inter alia*, de certa estabilidade política regional, bem como das reformas públicas de Estado, privatização, fim do déficit público e a ampla abertura comercial.<sup>27</sup>

Este fator das relações políticas e econômicas internacionais é, para Batista Junior, a coluna central do pensamento que dá sustentação teórica à globalização (ou ao globalismo), vale dizer, a idéia de que o volume de intercâmbio econômico-financeiro no plano mundial é algo inédito no histórico das relações internacionais, ainda mais em virtude dos avanços espetaculares em comunicação, transporte e informática que acabaram diminuindo distâncias e acabando com isolamentos.

Suposição esta que pode se tornar um mito, ou o artifício para uma ideologia a favor das grandes potências industrializadas (leia-se Europa ocidental, Japão e Estados Unidos), justamente por não levar em consideração o fato de que o comércio internacional de início do século XX (pode também abarcar de 1880 a 1914) fora igual ou superior, em termos relativos, aos dados virtuosamente apresentados em toda a década de 1990.<sup>28</sup> A rigor, o declínio da Guerra Fria a partir da segunda metade da década de 1980 leva também ao ocaso não somente um período histórico das relações interestatais, pautado pelo embate Leste-Oeste, mas igualmente promove a decadência da antiga forma com a qual se configurava a ordem internacional, isto é, o sistema da bipolaridade cuja admissão ao seu campo se dava, antes de tudo, pela aptidão político-ideológica, levando em conta a alternativa Capitalismo ou Socialismo.

## **A Emergência da Globalização**

Na segunda parte da década de 1980 as relações internacionais já haviam demonstrado os desenhos que formam a globalização em processo de avanço, ao menos se tratando de pregação político-ideológica. A escalada de governos liberal-conservadores no Reino Unido e nos Estados Unidos havia, de certo modo, influenciado muitas plataformas governamentais tanto na Europa

---

<sup>27</sup> Trata-se do programa denominado Consenso de Washington, de 1993.

<sup>28</sup> Cf. BATISTA JR. 1997, p. 25.

ocidental, quanto na América Latina, sobre o papel transformador do mercado mundial aberto contra as ingerências de burocracia públicas. Estas últimas, tidas na qualidade de desconhecedoras da razão imanente aos agentes econômicos; razão portadora do progresso e do bem estar social que deveria concretizar sua missão.

Sobre esta passagem é interessante reproduzir a opinião de autor bastante vinculado ao ideário antiestatal, presente nos programas e orientações de teóricos universitários do hemisfério norte, Friedrich Hayek. A emergência de burocracias especializadas na economia internacional e no planejamento governamental seria uma forma, na visão do teórico austríaco, de conservar privilégios a esses mesmos grupos, que se apegariam às máquinas políticas para a conservação de seus poderes e, além disso, perturbariam a boa conduta dos negócios externos por falta de conhecimento prático da livre economia internacional; por isso a urgência de se implantar largas reformas da burocracia pública.<sup>29</sup> Parte desse princípio apresentado por avançado, que imprime a urgência da reforma administrativa e governamental, tenciona aproveitar certa tendência que paira sobre a manutenção das burocracias públicas em todos os Estados que admitem a concepção reformadora, qual seja, quebrar o monopólio da atuação político-governamental, como sempre foi no exercício das relações e das representações internacionais, em prol de outros organismos ligados à economia, política e cultura, como os multilaterais. Por estes, entende-se os organismos internacionais que muitas vezes recebem anuência para substituir projetos nacionais.

Esta postura pode ser encontrada na transferência de funções tipicamente diplomáticas a órgãos multilaterais e não-governamentais, que acabam se aperfeiçoando em assuntos de caráter tipicamente governamental: segurança social, educação pública, problemas étnicos, previdência social etc. Tendência que, neste novo século, pode forçar nova definição do que vem a ser “diplomacia” nas relações interestatais, além dos atributos normais entre duas unidades políticas definidas pelo poder de cada uma dessas.<sup>30</sup> De certa forma, pode-se advogar o pensamento de que o *globalismo* seja, então, a mescla entre a escalada desse mesmo tipo de Liberalismo, de versão antiestatal (ou neoliberalismo), com o aparecimento da “nova agenda diplomática” para a década de 1990. Esta nova agenda diplomática, com teor de novidade, tem imprimido grandes transformações no comportamento político das chancelarias do hemisfério sul e, especialmente na região Latina da América, mormente no que tange à conservação de políticas de Estado.

---

<sup>29</sup> Cf. HAYEK, 1984, p. 200.

<sup>30</sup> Cf. SOARES, 1997, p. 126.

Porque boa parte das atuações de política externa desses países era baseada num espírito de crítica que, no final das contas, resultava no conflito direto com as grandes potências (clivagem Norte-Sul), isto em prol do desenvolvimento econômico, da contestação ao pagamento da dívida externa, do embate em busca de novas tecnologias. Em suma, da democratização das relações internacionais tidas na ordem de oligárquicas e herméticas aos países em desenvolvimento.

É sobre esta peculiaridade não apenas das relações entre os Estados, mas igualmente da formação do sistema internacional, sua tendência à constituição oligopolística, que opina Aron:

A estrutura dos sistemas internacionais é sempre oligopolística. Os atores principais determinam, em cada época, como deve ser o sistema, muito mais do que são determinados por ele. Basta uma transformação do regime dentro de uma das potências principais para que mude o estilo e até mesmo o rumo das relações internacionais. (ARON, 1986, p. 154).

Neste momento, boa parte daquela antiga agenda constituída em termos mais tradicionais de política exterior foi substituída por novos temas de relações internacionais, a saber, defesa contra a agressão ao meio ambiente, defesa contra o terrorismo, melhor definição de segurança regional contra o narcotráfico e, por fim, as desejadas reformas de políticas públicas que têm de ser concretizadas no âmbito dos Estados, que se industrializaram via substituição de importações e planejamento estatal, situação que foi a norma nos grandes Estados da região: Argentina, Brasil e México.<sup>31</sup>

Os exemplos a esta afirmação, da adoção da nova agenda, são variados, mesmo que os partidos políticos dos países em questão não fossem tipicamente voltados para tal ideário governamental tido como liberal-conservador. É citada, para este fim, a ascensão do *reformado* Partido Revolucionário Institucional – PRI, no governo Carlos Salinas, com sua busca em minar o tradicional teor nacionalista (e conflitante) que marcara a composição política mexicana desde a década de 1930. O nacionalista PRI, desta forma, adota, de forma *pioneira*, o teor reformador exigido para constituir a opinião, sobretudo na América Latina, de que a abertura geral do comércio local tem sido o passaporte para o bem-estar dos países periféricos.

E não há dúvida alguma de que as transformações políticas e administrativas capitaneadas pelo México foram de suma importância, sobretudo para aprofundar, ainda mais, sua relação com Estados Unidos e Canadá, em benefício da Área de Livre Comércio da América do Norte –

---

<sup>31</sup> Cf. AMORIM e PIMENTEL, 1993, p. 184.

NAFTA. Fator que toca sensivelmente os países latino-americanos, pois essa vinculação da república mexicana aos acordos comerciais com Washington e Otawa quebra qualquer propósito de cooperação Sul a Sul, como sempre se procurou ter nos debates da antiga Associação Latino-Americana de Integração – ALADI, em prol de um bloco coeso.

Na América do Sul, a República Argentina, sob o período de governo de Carlos Menem, também enveredou pelo caminho da reforma político-diplomática que teve, como resultado, o redirecionamento de forma mais direta ao mercado internacional e a seus imperativos que já se imprimiam no final da década de 1980, por intermédio do chamado “realismo periférico”, contribuindo para anular efetivamente a rota pela qual percorrera na militância dos “Não Alinhados” em benefício da postura denominada *seguidista*.<sup>32</sup>

Ainda no caso argentino, ficou claro que a vinculação de tal governo aos imperativos do livre comércio internacional e as “sugestões” feitas pelos intelectuais ligados à nova agenda, como a ampla diminuição do poder governamental em assuntos domésticos, logrou àquele país uma crise política e econômica de grande envergadura que pode, inclusive, comprometer sua manutenção como Estado propriamente dito, já que não teria condições de manter a ordem interna.

Tanto o governo mexicano de Salinas, quanto o argentino de Menem haviam ajudado a montar linhas bastante coesas de debate político, do ponto de vista ideológico, em prol da emergência da globalização, com suas facetas ascéticas e de virtude, que contribuiriam com o bem-estar social dos países aderentes. Globalização que promove, além do aspecto econômico e tecnológico, debates sobre a qualidade dos regimes democráticos que residem na América Latina, vale dizer, democracia populista *versus* democracia resultante da liberdade econômica.

Há perguntas que são feitas para saber o que houve na vida dos Estados latino-americanos para que eles adotassem novas posturas político-diplomáticas em detrimento dos antigos projetos de desenvolvimento e autonomia, construídos a duras penas a partir da década de 1940 com efetiva participação da ONU. Uma das razões para tal compromisso ao chamado neoliberalismo, é apontada por Celso Amorim e Renata Pimentel, a saber, a relativa marginalização que o subcontinente sofreu em relação aos grandes centros fornecedores de investimentos e de tecnologia, a começar com a dramática crise da dívida externa mexicana, em 1982.

Ou seja, a participação dos maiores países da América Latina no mercado mundial era maior no período posterior à Segunda Guerra Mundial, cerca de 12% na década de 1950 do que

---

<sup>32</sup> Cf. BORÓN, 1992, p. 123.

atualmente. Já na primeira metade da década de 1990, o volume do comércio latino-americano no âmbito mundial caiu para 4%, sendo ultrapassado pelos países recém industrializados da Ásia, que souberam muito bem reverter o processo de globalização a seu favor. No ano 2000, os números não foram melhores, o crescimento da América Latina foi à casa de 1,5% (Cf. CHANG, 01.07.2002, A2).

Efetivamente, estes dados medíocres, conjugados com o pessimismo da “década perdida”, contribuíram para a opinião de que a América Latina teria de se reformar em seus aspectos de políticas públicas, sobretudo negando posturas de Nacionalismo e protecionismo, tidos como ações responsáveis pelo relativo afastamento da região ao comércio internacional, ainda mais no período em que havia grande circulação de investimentos.<sup>33</sup>

E além destes comentários, é mister sublinhar que a ascensão tanto da perspectiva liberal-conservadora na América Latina, como havia acontecido nos Estados Unidos e Reino Unido e Chile, quanto do globalismo recebeu impulso complementar na queda de valores e preços que ocorreu nos produtos primários e matérias primas em geral nos últimos vinte anos. Fato que perturbou, ainda mais, a expectativa de desenvolvimento autônomo dos grandes países da região.

Este fenômeno, oneroso para os países periféricos e em desenvolvimento, acontece, no prisma de Peter Drucker, por causa de outros setores econômicos que atraem mais valor agregado e investimentos, como serviços em várias áreas, pesquisa, tecnologia e setor de transformação em moldes mais avançados do que os pioneiros da industrialização, concebidos sob o método do “fordismo-taylorista” de produção presente em boa parte do mundo. Mas, além desta afirmação, tem de se levar também em conta que a conservação do fordismo-taylorismo só ocorre, dentre outras coisas, por causa da importância atribuída ao mercado consumidor interno e ao protecionismo industrial, medidas negadas pela globalização.<sup>34</sup>

Em conseqüência dos desdobramentos econômicos e políticos ocorridos no final da década de 1980 em diante, há possibilidade de se afirmar que o princípio da globalização é resultado, entre várias combinações, de dois fatores. Primeiro seria o retorno à separação da esfera política da economia internacional, mas, desta vez, com separação projetada num outro aspecto, diferente daquele do século XIX até 1914, pois ainda não existe certo consenso que venha a imprimir legitimidade às grandes potências, de acordo com Gilberto Dupas (Cf. DUPAS, 25.08.2001, A2).

---

<sup>33</sup> Cf. AMORIM e PIMENTEL, 1993, p. 175.

<sup>34</sup> Cf. DRUCKER, 1997, p. 166.

Segundo fator seria a transformação do sistema internacional de feição bipolar para a formação de outro que ainda não se desenhou completamente, mesmo que ele expresse imagem de ser feito sob o signo da *pax americana* sendo, assim, a continuação da liderança norte-americana desde o pós-guerra até o novo século. Uma das razões que impedem a consistência efetiva do novo sistema internacional é sua grande contradição interna, que não permite passar conceito de equilíbrio de propostas aos outros Estados do mesmo sistema.

Dentre as propostas emitidas, contraditoriamente, pelas grandes potências e, em particular pelos Estados Unidos para a conformação do novo sistema consoante ao espírito da globalização,<sup>35</sup> destacam-se duas: a filiação pelo comércio internacional aberto e maior participação dos Estados nos mais importantes organismos multilaterais, neste caso, a OMC. Seria a emergência da crise no multilateralismo, tão caro às relações internacionais contemporâneas e à diplomacia brasileira, assim avalia o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* (Cf. OESP, 31.03.2002, A3).

Esta opinião ganha fundamento se se levar em conta os esforços que as grandes potências demonstraram para fazer valer o mote do comércio internacional, no âmbito dos organismos especializados, como arena privilegiada de coordenação de esforços e de resolução de conflitos.<sup>36</sup> Contudo, tem de se ressaltar a informação de que, em vista do ideal, a República norte-americana se destaca pelo intermédio do “não acatamento das normas destas mesmas organizações, como a mesma OMC, isto é, a UNESCO (para a cultura), a AIEA (para questão nuclear) dentre outras”.

De fato, se o fim da Guerra Fria, bem como a derrocada da experiência socialista de inspiração soviética contribuiu para escalada de otimismo para todo o mundo, foi em virtude de ter transmitido, mormente os liberais de várias tendências, a idéia de que o período de fortes embates ideológicos e políticos havia ficado para trás, vale dizer, período bastante prejudicial à vida dos Estados nacionais que não tiraram proveito do comércio internacional por causa das credenciais político-ideológicas exigidas pelas duas superpotências, embora no começo da década de 1990 Washington gastasse 5,2% do PIB em desenvolvimento militar, índice superior ao despendido na Guerra do Vietnã.<sup>37</sup>

De outra forma, tem de se reparar que tal índice de gastos em armamento tende a subir, ainda mais depois das tragédias ocorridas nos grandes centros estadunidenses após o trágico “11 de setembro de 2001” e a nova escala de guerras no Oriente Próximo. Estes acontecimentos

---

<sup>35</sup> Exemplo deste fato é a Lei ou Super Lei 301.

<sup>36</sup> Há tentativas de se instaurar um tipo de concerto baseado no Liberalismo e no livre mercado internacional que, mesmo conflitante, contribui para montar o ideário da globalização. Este concerto procura ser montado pelos Estados Unidos, União Européia e Japão. (Cf. Fonseca Jr. 1999: 32).

<sup>37</sup> Cf. GAIO, 1997, p. 52.

podem, inclusive, apontar para nova corrida armamentista, a começar pelo projeto de “escudo espacial” desenvolvido pelo imperativo da Casa Branca. Esta inclinação seria o retorno à preeminência da segurança internacional, sob os auspícios das grandes potências, sobretudo Estados Unidos e Reino Unido, em prejuízo do comércio global mais democratizado.

### **As Dificuldades do Livre Comércio Internacional**

Desde o final da década de 1970, reparavam os embaixadores Ronaldo Sardenberg e Roberto Abdenur, já há reclamações por parte dos países em desenvolvimento no que tange ao melhoramento da condição econômica deles no âmbito do comércio internacional, visto como protecionista e amplamente utilizado politicamente pelas grandes potências. O protesto de que mais de 70% de todas as trocas comerciais globais estão na linha Norte-Norte, ou seja, no núcleo dos Estados industrializados que compõem a OCDE, persiste há mais de vinte anos nos fóruns especializados. E o protesto dá a impressão de ainda ter vida longa:

O panorama atual do diálogo Norte-Sul é desanimador. No campo do comércio, aumentam as pressões protecionistas contra as exportações de manufaturas pelos países em desenvolvimento e persistem graves impasses ou divergências em torno de produtos, como café e cacau, cujas vendas constituem importante fonte de receita para numerosos países. (SARDENBERG e ABDENUR, 1982, p. 69).

Assim, a tentativa de se democratizar o comércio internacional, cujo grau de dificuldade para tal objetivo era bastante alto, desde os tempos do GATT, procurou ser realizada pela fundação da OMC, pelo Tratado de Marrakech, de 1993. Esta nova organização não fora concebida apenas para democratizar o comércio entre os Estados nacionais, mas também para procurar diminuir a distância na aquisição de riqueza entre os dois grandes grupos de unidades políticas; distância considerada alarmante, cuja tendência é aumentar.

Num estudo feito sobre dados das Nações Unidas com relação a este problema, o Relatório do Desenvolvimento Humano, pôde-se reparar o seguinte: a disparidade de renda entre os países mais ricos e os pobres era da ordem de 3 para 1 em 1820, ainda na época do colonialismo; essa disparidade chegou a ponto de 44 para 1 em 1973. No ano de 2000 essa disparidade foi constatada na faixa de 80 para 1. Este fato reforça a crítica de que há crescente

concentração de renda a favor dos países mais bem desenvolvidos economicamente, apesar da militância da OMC para reverter este quadro.<sup>38</sup>

No prisma de Celso Lafer, a mencionada organização foi igualmente imaginada para outorgar um tipo de ordem e equilíbrio na esfera internacional que já haviam sido desejados pela antiga entidade de Bretton Woods, mas que acabou legando a tarefa à sua sucessora da Suíça, aproveitando o clima de otimismo que então havia em virtude do fim da Guerra Fria e a esperança, por parte dos países em desenvolvimento, de que a riqueza seria mais bem distribuída em virtude do fim da corrida armamentista e a assunção de investimentos produtivos nos países pobres.

A criação da OMC foi saudada, pelo ex-chanceler brasileiro, na qualidade de ser um organismo multilateral mais preocupado com as questões relativas aos países em desenvolvimento que têm problemas bem peculiares, como o Brasil, cuja pauta de exportação conta com produtos de relativa tecnologia, por exemplo, mecânicos, eletrônicos e agrícolas com valor agregado (café solúvel), mas que sofrem com represálias e manipulação de cotas por parte dos países economicamente mais bem posicionados como Estados Unidos e os da União Européia.

Porventura, se a estrutura da OMC foi considerada um avanço nas relações econômicas internacionais, ela foi também bem-vinda nos arranjos do direito internacional no que se refere a esta área diplomática, pois a organização de Genebra trouxe novo alento para a resolução de controvérsias que denotava ambiente de apego à democracia, tão desejada pelos Estados do sul, mas que agora poderia receber novo alento a partir do princípio de que todos os Estados são considerados iguais perante a Corte de Apelação.<sup>39</sup>

No entanto, já há impressão de que o bom andamento da OMC apresenta dificuldades frente a obstáculos levantados pelas grandes potências, quando se constata que seus “interesses” setoriais não são contemplados a contento. Embora do ponto-de-vista conceitual seja difícil definir o que é interesse nacional, pode-se reparar que este termo, no caso dos Estados Unidos, não é empregado na conformação do papel militar, *locus* clássico da mencionada definição no pensamento realista, mas sim em setores não competitivos globalmente, que utilizam o poder de Estado para fazer valer sua preeminência no mercado local.

---

<sup>38</sup> Cf. SEVCENKO, 2002, p. 43.

<sup>39</sup> Cf. LAFER, 1999, p. 41.

De forma ilustrativa, há dados que demonstram o protecionismo que alguns produtos brasileiros sofrem no mercado norte-americano: açúcar, tarifa de US\$ 338,70 por tonelada extracota; tabaco, tarifa de US\$ 350% extracota; etanol, tarifa de 2,5 e mais US\$ por galão; suco de laranja, tarifa de 63% *ad valorem*<sup>40</sup>; têxteis, 38% *ad valorem*, mais US\$ 0,485 por kilo; calçados femininos, tarifa de 10% *ad valorem*; e aços em geral com sobretaxas na média que já ultrapassam 60% do valor. (Fonte: Secretaria de Comércio Exterior; Emb. dos EUA).

Em outro aspecto também se percebe que esta gradual “degeneração” da OMC não é promovida somente por Washington e sua visão unilateral dos problemas mundiais, como já está bem evidente. Constata-se que a União Européia, como atuação diplomática em conjunto das unidades políticas integradas, exerce movimentos que não ajudam esse importante órgão comercial a desempenhar o papel para o qual fora criado, ao contrário, contribui para desacreditá-la.

A afirmação deste fato pode ser vista nos problemas relativos à importação de produtos agrícolas e matérias-primas à União Européia. Ao menos, a maioria dos Estados que a integra, não faz com que haja o princípio de equilíbrio comercial, tão importante aos países exportadores de produtos agrícolas do hemisfério sul, mormente os africanos que poderiam diminuir parte de sua grande pobreza:

[...] no campo agrícola, é (lamentavelmente) notório o fato de que mesmo regiões antes autosuficientes em alimentos, como a América Latina, passaram a absorver em volumes crescentes a produção dos EUA e da Europa Ocidental. (SARDENBERG e ABDENUR, 1982, p. 79).

A razão desse problema reside nos apegos que os setores agrícolas europeus, mais bem organizados, têm em face de seus governos nacionais e nos subsídios econômicos que esses mesmos agricultores recebem do Erário. Esta transferência de renda já foi percebida como forma de tornar “tendencioso” o comércio internacional que, no final das contas, acaba beneficiando quem tem mais recursos; isto em detrimento dos setores básicos do Sul que desejam uma ordem econômica mais ajustada.

O nível de crítica a respeito da maneira pela qual se vislumbra a OMC chegou a chamar a atenção do ex-chanceler, Luis Felipe Lampreia. As injunções internas desse organismo multilateral, tomando os embates por que passou o Brasil nos últimos três anos (caso da Embraer

---

<sup>40</sup> *Ad valorem* é a tarifa adicional sobre o valor do produto depois de cobrada a tarifa regular de importação.

vs. Bombardier) fizeram com que o diplomata opinasse ser a OMC comandada pelo grau de pressão proveniente das grandes potências:

Houve três ou quatro casos em que os Estados Unidos ou a União Européia, os dois grandes, perderam, resolveram não cumprir (as determinações da OMC), na verdade estão se batendo por essa situação e portanto está havendo uma erosão no sistema. Ou seja, a pedra de toque, para nós, do sistema, a garantia de que todos os Estados membros, mesmo pequenos e médios, tenham uma instância jurídica onde possam ser corrigidos os prejuízos surjam, onde possa ser reposto seu direito, tudo isso pode ser colocado em jogo ( LAMPREIA, 21.01.2001, B4).

Em outras palavras, o organismo concebido para democratizar as relações econômicas internacionais não consegue imprimir, a contento, seu objetivo, o que permite a recordação das antigas tentativas malogradas de se procurar relações mais simétricas entre os Estados nacionais, como a Liga das Nações, de 1919 – antecessora das Nações Unidas. Parece que a conformação do novo sistema internacional, substanciado pela globalização e pelo comércio internacional mais amplo não consegue, por enquanto, superar seu alto grau de contradição expressado justamente pelos seus próprios capitães: as grandes potências industrializadas.

O que se pode extrair desse drama do comércio internacional é o fato de que no âmbito da OMC é necessário realizar algumas transformações em proveito dos países periféricos que, em parte, são admitidas quando encaradas como essenciais para se evitar tragédias de grande escala, por exemplo, o aumento sem controle da AIDS. A aceitação da quebra de patentes de remédios de suma importância, ao se constatar epidemias que possam afetar populações já entra nessas reformas desejadas.

Além deste caso, é igualmente mister reconhecer que a adoção de instituições tidas por liberais, bem como a forma pela qual se admite o livre comércio por parte dos Estados em desenvolvimento têm de ser repensadas. O processo de construção do Liberalismo, em sua forma antiestatal, não tem contribuído para o desenvolvimento social e econômico dos países pobres. De forma bastante crítica, observa-se que esse tipo de vínculo às instituições e normas consideradas originalmente anglo-americanas, ao menos na teoria econômica, não conseguiu lograr bem-estar à população e, em conseqüência, provocou crises à pouca normalidade política e governamental. (Cf. STIGLITZ, 29.05.2002, 109).

### **Considerações Finais**

De início, é lícito frisar que o papel deste artigo não é criticar inconseqüentemente o processo de globalização, como se está caso se reduzisse somente ao campo da economia e do comércio internacional, nem tampouco ignorar avanços que são constatados pelos empenhos de universalização da cultura, da democracia e na criação de uma sociedade civil internacional que venham a contribuir na propagação do ideário dos direitos em toda sua relevância, que tenham capacidade de ir além da projeção de cidadania aplicada pelas unidades políticas.

Vale dizer, a ascensão da sociedade civil, cujo ponto essencial é a valorização do Humanismo, em todas as suas vertentes, e das conquistas político-sociais que possam ser encarados como pertencentes a todo o mundo. De certa forma seria este o meio pelo qual se daria a construção de redes de solidariedade universal, conforme tal pensamento foi concebido desde o Iluminismo, sobretudo no pensamento de Immanuel Kant e seu projeto de paz perpétua, baseada numa nova ética do direito cosmopolita.

Por conseguinte não se pode ignorar, de igual modo, é sob o signo da globalização que se dá o crescimento do número de atores sociais que dão grande impulso à democratização dos assuntos ligados às relações internacionais. O papel representado por organizações não-governamentais, partidos políticos, sindicatos e igrejas faz com que o debate sobre a área internacional não seja mais algo cuja compreensão toca apenas a elites governamentais e econômicas.<sup>41</sup>

Mas, por outro lado, é também intenção deste trabalho demonstrar que há esforços políticos dos mais importantes Estados industrializados para fomentar novo sistema internacional. Sistema que seja mais propício ao livre comércio em escala global, dando a entender que o processo de globalização guarda várias manifestações não sendo, estas, interdependentes, pois a aceitação do livre comércio não significa, necessariamente, aquisição de bem-estar.

Isto posto, veja-se que, embora haja relatórios e documentos que procuram sublinhar o aumento do comércio internacional a partir da segunda metade da década de 1980, com os esforços de se reformar as instituições governamentais concernentes à economia, há igualmente opiniões de que o grande volume de trocas comerciais apresenta dois problemas de grande relevo.

O primeiro é que se trata de intercâmbio altamente concentrado nos países do hemisfério norte, no núcleo da OCDE. O segundo problema é relativo a um mercado que se apresenta sob o uso do protecionismo aos Estados em desenvolvimento, ainda mais os produtores de

---

<sup>41</sup> Sobre este assunto ver IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1996.

commodities; mas não são somente estes a perder. O protecionismo pode se fazer prejudicial, inclusive, a países de razoável industrialização que assistem à paralisação de seus mercados, como o Brasil.

Neste aspecto, pode-se pensar na escalada da globalização e todo seu simbolismo na condição de eixo central para se construir novo arranjo organizacional aos Estados nacionais. A proposta desse esboço de sistema internacional não é apenas advogar o livre comércio exterior. Ela é um impulso que procura também ser reconhecido, no possível, em todas as unidades políticas que, de alguma forma, não participam amplamente da economia internacional.<sup>42</sup>

Este tem sido o caso de alguns Estados que se afastam não somente desse teor de comércio, mas, além deste ponto, da própria composição feita pelos organismos internacionais, bem como o que daí resulta. Por outro lado, há contestações por parte de governos dos países pobres que procuram tomar parte no comércio global aberto, mas deparam com posições pouco condizentes com o ideário promovido pelo espírito da globalização: a constatação de que os Estados, de maneira geral, não são aplacados da mesma forma pela liberdade comercial.

Ao contrário da pregação ideológica, as grandes chancelarias não valorizam a ótica de que os fluxos econômicos existem por si sós, como se eles pairassem acima dos conflitos políticos. Em outras palavras, que esses fluxos prescindem da política de Estado. O que a realidade da política internacional tem mostrado é que há grande número de governos incautos que efetuam reformas institucionais tidas por essenciais à boa vida econômica dos países em desenvolvimento, mas que não conseguem, portanto, diminuir os índices de pobreza.

Por conseguinte, as relações internacionais passam a imprimir imagem de que, no plano da globalização, os contatos diplomáticos são norteados, em primeiro grau, pelas trocas econômicas. Ou seja, há opinião de que a política na qualidade de fundamento das relações internacionais foi ultrapassada pela economia entre os Estados. Este fato, no parecer de Gelson Fonseca Junior, as relações diplomáticas deste momento são pautadas mais pela preferência aos estudos de Ricardo e menos pela teoria de Clausewitz.<sup>43</sup>

Mas esta percepção das relações internacionais, no que se refere ao comércio, não anula o teor de conflito inerente à existência das unidades políticas. Aliás, a manutenção do pensamento, cuja tônica é propagar a visão da economia internacional como algo que torna “secundária” a

---

<sup>42</sup> Este empenho tem logrado relativo sucesso, sobretudo com a integração da República da China nos trabalhos da OMC, a partir de 1999. Ato que também é visto com grande apreço pelos países em desenvolvimento pelo fato de terem um membro de grande envergadura política no seio dessa organização.

<sup>43</sup> Cf. FONSECA JR, 1999, p. 34.

política faz parte da ideologia que desemboca na teoria da globalização. Em outro termo, a baixa envergadura do conflito internacional (de menor importância), dá-se mais pelo comércio e menos pela política.

Dentre a tradição política, que aceita o conflito, inclusive militar, como algo inerente ao relacionamento entre Estados nacionais, é importante o prisma de Oliveiros Ferreira sobre o papel a ser representado pela diplomacia propriamente entendida; em outras palavras, a diplomacia que não se separa dos instrumentos de poder político sendo então, para assim melhor precisar, utilizado o conceito de manobra por este autor:

De fato, como a função do Estado é igualmente proteger os interesses privados de nacionais estabelecidos além-fronteira, e como da realização além-fronteira do excedente depende (ainda que em grau pequeno) o êxito da função coordenadora estatal no espaço internacional, pode dizer-se com boa margem de acerto que a defesa desses interesses integra também o que se pode definir como interesse nacional, e que a manobra deve considerá-los da mesma maneira que a ação diplomática, incentivá-los e protegê-los (FERREIRA, 1988, p. 145-146).

Neste aspecto, é salutar compreender que a separação entre comércio e política na esfera internacional não se realiza no nível que se propaga em alto grau. A ascensão das livres trocas comerciais como razão de ser da globalização não ocorre da forma desejada, de virtude, quando se trata das grandes potências ou de alguns Estados recém industrializados, arco que vai dos Estados Unidos à Coréia do Sul na prudência frente ao livre comércio.

Assim, a atividade diplomática, se for considerada sua gênese na política tradicional, tem funções bastante evidentes sob o cálculo de relacionamento interestatal, a saber, o cálculo dos *interesses nacionais*. Desta forma, política externa, numa diplomacia ativa, tem as seguintes preocupações: 1) a conservação do território nacional; 2) a busca de melhor inserção internacional ao Estado; 3) a tentativa de elevar o nível de vida da sociedade nacional; e 4) a defesa dos interesses nacionais na área internacional.<sup>44</sup>

É sob este ponto que reside grande impasse da economia internacional, passar adiante a imagem de ser independente das junções políticas. Ao se tratar dos Estados mais bem preparados, pode-se reparar que o item número quatro das funções clássicas da diplomacia ainda é uma constante no cotidiano das mais relevantes chancelarias, sobretudo quando o setor a ser defendido é qualificado como “estratégico” ou de grande interesse nacional.

---

<sup>44</sup> Cf. FERREIRA, 1988 p. 144.

## Referências

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra Entre as Nações*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1986.
- AMORIM, Celso; PIMENTEL, Renata. A América Latina Diante da Regionalização e do Multilateralismo. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 2, 1993.
- BORÓN, Atílio. Las Transformaciones del Sistema Internacional y las Alternativas de la Política Exterior Argentina. In: RUSSEL, Roberto (org.). *La Política Exterior Argentina en la Nueva Orden Mundial*. Buenos Aires: Grupo Editor FLACSO, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. *A Dinâmica do Capitalismo*. Lisboa: Ed. Teorema, 1985.
- CARR, Edward. *Vinte Anos de Crise*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.
- CHANG, Há-joon.. O Ocidente Está Chutando a Escada. *OESP - O Estado de São Paulo*, São Paulo, 01.07.2002.
- CORSI, Francisco Luiz. A Globalização e a Crise dos Estados Nacionais. In: DOWBOR; IANNI; RESENDE (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- DRUCKER, Peter. The Global Economy and Nation-State. *Foreign Affairs*, New York, vol. 76, n. 5, 1997.
- DUPAS, Gilberto. O Futuro da Hegemonia Norte-Americana II. *OESP - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 25.08.2001.
- FERREIRA, Oliveiros. *Forças Armadas Para Quê?* São Paulo: Ed. GRD, 1988.
- FONSECA JUNIOR, *A Legitimidade e Outras Questões Internacionais: Poder e Ética entre as Nações*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997.
- FONSECA JR, Gelson. Anotações Sobre as Condições do Sistema Internacional no Limiar do Século XXI: A Distribuição dos Pólos de Poder e a Inserção Internacional do Brasil. In: DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (orgs.). *O Brasil e as Novas Dimensões da Segurança Internacional*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1999.
- GAIO, André Moysés. Reações das Instituições Militares ao Processo de Globalização. In: DOWBOR; IANNI; RESENDE (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.
- HISRT, Paul; THOMPSON, Grahame. *Globalização em Questão*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.
- HOBBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: O Breve Século XX*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996.
- HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. São Paulo: Instituto Liberal, 1984.

HOLSTI, K. J. Governança sem Governo: A Poliarquia na Política Internacional Européia do Século XIX. In: ROSENAU, James N.; CZEMPIEL, Ernest-Otto (Orgs.). *Governança sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília; São Paulo: Ed. Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

LAFER, Celso. *Comércio, Desarmamento, Direitos Humanos: Reflexões Sobre uma Experiência Diplomática*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

LAMPREIA, Luiz Felipe. Seis Anos que Revolucionaram a Política Externa. *OESP - O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21.01.2001.

MERLE, Marcel. *Sociologia das Relações Internacionais*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

OESP - O ESTADO DE S. PAULO. *Lei do Mais Forte no Comércio Internacional*. São Paulo, 02.12.2001.

\_\_\_\_\_. *O que Está em Jogo e o Multilateralismo*. São Paulo, 31.03.2002.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. *Cartas de Cingapura*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1996.

REICH, Robert. *O Trabalho das Nações*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1992.

SARDENBERG, Roberto; ABDENUR, Roberto. Notas Sobre as Relações Norte – Sul e o Relatório Brandt. In JAGUARIBE, Hélio (Org.). *Leituras de Política Internacional*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SEVCENKO, Nicolau. *A Corrida para o Século XXI: No Loop da Montanha-Russa*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2002.

SOARES, Guido. As Dimensões Globais da Diplomacia dos Estados no Final do Século XX: Três Aspectos de uma Realidade Atual. In: DOWBOR; IANNI; RESENDE (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

STIGLITZ, Joseph. Se Todos Imitarem os EUA, o Livre Comércio Acabará. *Veja*, São Paulo, Ed. Abril, 29.05.2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo Histórico, Civilização Capitalista*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2001.

WALTZ, Kenneth. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2002.

WEBER, Max. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. LTR, 1982.

**Recebido para publicação: 26/06/2006**

**Aceito para publicação: 02/10/2006**